

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **Planner Sociedade de Crédito Direto S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **05.684.234/0001-19**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **semestre** findo em **31 de dezembro de 2023**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 54, de 16 de dezembro de 2020.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Informamos que as demonstrações financeiras acima mencionadas foram publicadas no dia **01 de abril de 2024** no sítio eletrônico: <https://www.planner.com.br/demonstrativos-financeiros/>

3. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **Planner Sociedade de Crédito Direto S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

DOUGLAS CONSTANTINO
FERREIRA:29559175831

Assinado de forma digital por
DOUGLAS CONSTANTINO
FERREIRA:29559175831
Dados: 2024.03.28 11:34:20 -03'00'

DOUGLAS C. FERREIRA
Diretor de Contabilidade

REINALDO
DANTAS:76895599800

Assinado de forma digital por
REINALDO DANTAS:76895599800
Dados: 2024.03.28 12:24:39 -03'00'

REINALDO DANTAS
Contador CRC-1SP110330/O-6



PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **Planner Sociedade de Crédito Direto S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O **resultado** do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi **lucro** de **R\$ 144 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, **a SCD** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2023, os limites operacionais **da SCD**, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da
PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas em Operações de Crédito

Porque é um PAA

A receita da instituição origina-se de operações de crédito, operações essas sujeitas a um conjunto rigoroso de normas contábeis e regulamentos. O reconhecimento da receita envolve contratos complexos, com múltiplos elementos e riscos inerentes. Isso requer um elevado nível de julgamento profissional para assegurar que os registros estejam de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. Tendo em vista que receita é um dos principais indicadores de desempenho de uma Instituição financeira e é cuidadosamente observada por seus *stakeholders*, consideramos essa uma área de foco de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos, avaliamos o desenho e efetividade operacional dos controles internos chaves adotados pela instituição que possam afetar as operações de crédito, identificando os riscos associados ao reconhecimento das receitas e avaliando a materialidade dessas transações para as demonstrações contábeis. Com base em amostragem, avaliamos a documentação relacionada àquelas operações para verificar a precisão dos termos e condições que afetam o reconhecimento de receitas. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes das normas aplicáveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração das receitas de operações de crédito auferidas no respectivo exercício, e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Mensuração de ativos financeiros

Porque é um PAA

Os instrumentos financeiros classificados na categoria de títulos e valores mobiliários para negociação são substancialmente compostos por aplicações em títulos públicos federais e cotas de fundos de investimentos e originou a maior parte da receita da entidade, por isso firmam incluídos como foco de nossa auditoria função da relevância.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação a mensuração dos ativos financeiros, destacamos a aplicação dos seguintes procedimentos de auditoria: (i) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos da norma em vigor; (ii) Atualização do nosso entendimento sobre a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as principais premissas adotadas pela administração, bem como a realização de comparação com metodologias e premissas independentes. Reexecutamos a valorização de determinadas operações e analisamos a consistência dessas metodologias com as aplicadas em períodos anteriores. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração desses instrumentos financeiros são apropriados e consistentes com as divulgações em notas explicativas, considerando as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria do período anterior comparativo

As demonstrações contábeis da PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 20 de abril de 2023 contendo opinião sem ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições supervisionadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais eficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

UHY BENDORAYTES & CIA.
Auditores Independentes
CRC 2RJ 0081/O-8


GEYSA BENDORAYTES E SILVA
Contadora
CRC RJ 091331/O-5

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**(Anteriormente denominada PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A)**

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1000

ATIVO	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE		21.498	6.788
DISPONIBILIDADES	4	15	531
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		21.432	6.248
Títulos e valores mobiliários	5	20.764	5.995
Operações de crédito	6	668	253
OUTROS ATIVOS		51	9
Outros créditos - Diversos		51	9
NÃO CIRCULANTE		289	-
INTANGÍVEL		289	-
Ativos Intangíveis	7	289	-
TOTAL DO ATIVO		21.787	6.788

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**(Anteriormente denominada PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A)**

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1000

P A S S I V O	NE	31/12/23	31/12/22
CIRCULANTE		16.072	1.210
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		15.888	974
Depósitos	7	15.888	974
OUTROS PASSIVOS		184	236
Sociais e estatutárias		72	65
Fiscais e previdenciárias		63	139
Diversas		49	32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.715	5.578
Capital:	8.1	5.100	5.100
De Domiciliados no país		5.100	5.100
Reservas de lucros	8.2	615	478
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.787	6.788

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**(Anteriormente denominada PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A)**

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1000

	NE	2º-SEM-23	2023	2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		641	1.123	466
Operações de crédito		162	309	3
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		479	814	463
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		163	163	(163)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		163	163	(163)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		804	1.286	303
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		(719)	(1.142)	(126)
Receitas de prestação de serviços	9	234	449	1.158
Outras despesas administrativas	10	(640)	(1.228)	(971)
Despesas tributárias	11	(68)	(120)	(136)
Despesas com provisões		(163)	(163)	-
Outras receitas operacionais		7	10	2
Outras despesas operacionais		(89)	(90)	(179)
RESULTADO OPERACIONAL		85	144	177
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		85	144	177
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	8	-	(103)
Provisão para imposto de renda		5	-	(55)
Provisão para contribuição Social		3	-	(48)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		93	144	74
Nº de ações :		3.697.402	3.697.402	3.697.402
Lucro por ação R\$		0,03	0,04	0,02

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

(Anteriormente denominada PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A)

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1000

	2º-SEM-23	2023	2022
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	93	144	74
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	93	144	74

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A

(Anteriormente denominada PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A)

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1000

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Semestre de 01/07/23 a 31/12/23					
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/23	5.100	44	434	51	5.629
Lucro líquido do semestre	-	-	-	93	93
Destinações:	-	7	130	(144)	(7)
Dividendos propostos	-	-	-	(7)	(7)
Reserva Legal/Estatutária	-	7	-	(7)	-
Reserva especial de lucros	-	-	130	(130)	-
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/23	5.100	51	564	-	5.715
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	7	130	(51)	86
Exercício de 01/01/23 a 31/12/23					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	5.100	44	434	-	5.578
Lucro líquido do exercício	-	-	-	144	144
Destinações:	-	7	130	(144)	(7)
Dividendos propostos	-	-	-	(7)	(7)
Reserva Legal/Estatutária	-	7	-	(7)	-
Reserva especial de lucros	-	-	130	(130)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	5.100	51	564	-	5.715
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	7	130	-	137
Exercício de 01/01/22 a 31/12/22					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/22	1.100	40	382	-	1.522
Aumento de capital	4.000	-	-	-	4.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	74	74
Destinações:	-	4	52	(74)	(18)
Dividendos propostos	-	-	-	(18)	(18)
Reserva Legal/Estatutária	-	4	-	(4)	-
Reserva especial de lucros	-	-	52	(52)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/22	5.100	44	434	-	5.578
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	4.000	4	52	-	4.056

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A**(Anteriormente denominada PLANNER SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR S.A)**

CNPJ(MF) 05.684.234/0001-19

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Valores em R\$ 1000

	2º-SEM-23	31/12/23	31/12/22
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre e exercício	93	144	74
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(163)	(163)	163
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	163	163	-
Provisão de impostos no resultado	(8)	-	103
	<u>85</u>	<u>144</u>	<u>340</u>
Variação de Ativos e Obrigações	(248)	(371)	(3.832)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(16.055)	(15.184)	(457)
(Aumento) redução de outros ativos	18	(19)	(100)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos	15.737	14.914	(3.237)
Aumento (redução) em outros passivos	19	(19)	27
Imposto de renda e contribuição social pagos	33	(63)	(65)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(163)	(227)	(3.492)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Alienações de:			
Inversões líquidas no intangível	-	(289)	-
Dividendos recebidos de coligadas/controladas			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(289)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	-	-	4.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-	4.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(163)	(516)	508
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	178	531	23
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>15</u>	<u>15</u>	<u>531</u>

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Planner Sociedade de Crédito Direto S.A (anteriormente denominada de Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A) denominada de (“Sociedade”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de outubro de 2002, sendo autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 21 de março de 2003 e convertida para Sociedade Crédito Direto em 05 de setembro de 2022, localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, Condomínio Edifício Pedro Mariz, B31, na cidade e estado de São Paulo, tem por objetivo principal a realização de operações de empréstimo, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, foi considerada a Resolução BACEN nº 2 de 12 de agosto de 2020 onde foi acrescentada nas demonstrações financeiras da Instituição a Demonstração do Resultado Abrangente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2024.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

b. Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação:** adquiridos com o objetivo de serem ativa e, frequentemente, negociados, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

c. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço.

d. Passivos circulantes e não circulantes

- **Demais passivos circulantes e não circulantes** - são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços;
- **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

e. Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem a R\$ 240 no ano. E, a provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

f. Ativos, passivos contingentes e outras obrigações

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Técnicos, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil:

- **Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; e
- **Obrigações legais** - ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações fiscais e tributárias, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

g. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

h. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

i. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- **Eventos que originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- **Eventos que não originam ajustes:** são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e por aplicações em títulos de renda fixa, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pela Sociedade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades	<u>15</u>	<u>531</u>
Depósitos Bancários	2	2
Reserva livres - SPB Bacen	13	529
Total de caixa e equivalente caixa	<u>15</u>	<u>531</u>

5. Títulos e valores mobiliários

a. Descrição dos procedimentos de classificação e avaliação

Os títulos estão classificados em sua totalidade como “Títulos disponíveis para negociação e Títulos disponíveis para venda”.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

b. Composição

	Vencimento	31/12/2023		31/12/2022	
		Valor do custo	Saldo contábil	Valor do custo	Saldo contábil
Circulante					
Carteira própria		2.215	2.214	5.528	5.503
Letras Financeiras do Tesouro	De 01/03/2024 a 01/03/2025	1.884	1.883	5.241	5.226
Cotas de fundos de investimento (a)	Sem Vencimento	331	331	287	277
Vinculados a garantia		18.559	18.550	493	492
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2023	18.559	18.550	493	492
Total		20.774	20.764	6.021	5.995

Embora as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) tenham vencimento superior a 360 dias, elas foram classificadas no ativo circulante por serem frequentemente negociadas.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base no preço médio de negociação divulgado pela ANBIMA no último dia útil do exercício.

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A Sociedade investe também no Planner Max Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior, Fundo que apresentou uma rentabilidade aos cotistas acima de 128% do CDI no decorrer do 2º.Sem 2023 (cotas 7,86% x 6,14% - 100% CDI) por meio de aplicações em ativos de crédito privado. As cotas do fundo investido foram atualizadas pelo respectivo valor justo da cota, no último dia útil do exercício. E, estão custodiadas no Administrador do fundo integrante da carteira.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

6. Operação de crédito

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as operações de crédito estavam classificadas como nível de risco AA e H, que estão compostas como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Empréstimo	831	416
Provisão para operação de crédito - PDD (a)	(163)	(163)
	<u>668</u>	<u>253</u>

(a)PDD refere-se a um único tomador, antigo prestador de serviço da antiga SCM - Juventus Corretora de Seguros, cujo processo de cobrança judicial teve inicial distribuída em 21 de agosto de 2023.

7. Intangível

Refere-se ao desenvolvimento do Aplicativo **Planner SCD** para as plataformas Android, IOS e portal WEB, para implantação da Conta Digital

8. Depósitos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Circulante		
Recurso disponível de clientes	15.888	974
	<u>15.888</u>	<u>974</u>

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital social

O capital social de R\$ 5.100 (R\$ 5.100 em 31 de dezembro de 2022) está representado por 3.697.402 (3.697.402 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizada na data do balanço, por acionistas domiciliados no país.

Em 27 de setembro de 2022 foi deliberado o aumento de capital de R\$ 1.100 para R\$ 5.100 no montante de R\$ 4.000, mediante a emissão de 2.597.402 novas ações ordinárias.

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

9.2. Reservas

Em 31 de dezembro de 2023 as reservas são compostas por: Reserva Legal no montante de R\$ 51 (R\$ 44 em 31 de dezembro de 2022); e o saldo de Reservas Especiais de Lucros no montante de R\$564 (R\$ 434 em 31 de dezembro de 2022).

10. Dividendos

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram pagos o montante de R\$ 7 (R\$ 18 em 31 de dezembro de 2022) de dividendos aos acionistas.

11. Receita de prestação de serviços

	<u>2° Sem/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendas com Taxa de abertura de crédito (T.A.C)	194	382	1.030
Comissões por indicação de clientes	10	10	100
Rendas de outros serviços	30	57	28
	<u>234</u>	<u>449</u>	<u>1.158</u>

12. Outras despesas administrativas

	<u>2° Sem/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com processamento de dados (a)	(501)	(939)	(324)
Despesas com publicação	(1)	(6)	(12)
Despesas com relações públicas	(8)	(8)	(2)
Serviços Bancários e custódia de tvn	(12)	(81)	(345)
Despesas de seguros	-	-	(13)
Assessoria técnica	(59)	(80)	(164)
Comissões	-	-	-
Despesas com serviços técnicos especializados	(52)	(104)	(77)
Outras despesas administrativas	(7)	(10)	(34)
	<u>(640)</u>	<u>(1.228)</u>	<u>(971)</u>

(a) Estas despesas referem-se à contratação do legado SINQUIA.

13. Despesas tributárias

	<u>2° Sem/2023</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas com ISS	(12)	(22)	(58)
Despesas com COFINS	(44)	(79)	(64)
Despesas com PIS	(8)	(15)	(10)
Outras despesas tributárias	(4)	(4)	(4)
	<u>(68)</u>	<u>(120)</u>	<u>(136)</u>

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

14. Demandas judiciais

No decorrer de suas atividades operacionais, a Sociedade está exposta a riscos tributários, trabalhistas e previdenciários.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Sociedade não estava envolvida em nenhum processo com risco classificado entre provável e possível dos quais houvesse a necessidade de registro contábil ou divulgação em nota explicativa, respectivamente, em observâncias as práticas contábeis aplicáveis.

15. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas estão representadas por:

a. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, as partes relacionadas da Sociedade são:

- Planner Corretora de Valores S.A.
- Planner Holding Financeira S.A.
- Planner Serviços Corporativos Ltda.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia transações em aberto com partes relacionadas.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não ocorreram remunerações às pessoas chave da Administração durante os semestres encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2023		31/12/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Apuração de IR/CS				
Resultado antes da tributação sobre o lucro	144	144	177	177
Base de cálculo	<u>144</u>	<u>144</u>	<u>177</u>	<u>177</u>
Adições/(exclusões):				
Desvalorização de títulos livres	-	-	184	184
Despesas indedutíveis	-	-	2	2
Ajuste de marcação a mercado	(6)	(6)	(34)	(34)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	(173)	(173)	(12)	(12)
Lucro real	<u>(35)</u>	<u>(35)</u>	<u>317</u>	<u>317</u>
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-
	<u>(35)</u>	<u>(35)</u>	<u>317</u>	<u>317</u>

PLANNER SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

Encargos de 15% IRPJ + 10% de adicional de IR	-	-	(55)	-
Encargos de 9% CS	-	-	-	(48)
Total de IRPJ e CSLL	(35)	(35)	(55)	(48)

17. Limites operacionais

A Sociedade, em conjunto com sua controladora (Planner Holding Financeira S.A), adota o critério de patrimônio líquido consolidado para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital. O Índice calculado para o semestre encerrado em 31 de dezembro de 2023 é de **10,79%** (10,05% em 31 de dezembro de 2022).

18. Gerenciamento da estrutura de capital

O relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e gerenciamento contínuo de capital está disponível no endereço <https://www.planner.com.br/demonstrativos-financeiros/>, no site da Planner Corretora de Valores S.A.

Visando o atendimento à Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional, a Sociedade, adotou uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital da instituição de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

Risco operacional

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à mesa de operações. A Instituição se encontra apta a atender as exigências da Resolução CMN nº 4.557/2017 que trata da estrutura de gerenciamento do risco de mercado, nos prazos estabelecidos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)

Risco de Liquidez

Visando o atendimento a Resolução CMN nº 4.557/2017, a Sociedade adotou a política de gerenciamento de liquidez que tem como principal objetivo garantir a capacidade de pagamento do grupo, onde são monitorados eventuais descasamentos entre ativos e passivos, objetivando avaliar a capacidade financeira da instituição em obter recursos para honrar seus compromissos.

Para maiores informações consultar a política de gerenciamento de liquidez disponível no site da organização.

19. Outros assuntos

Plano de implantação - Res. CMN 4.966/2021

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a resolução nº 4.966/21, que estabelece novas regras contábeis para instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. Estas normas não produziram alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos. A nova regulamentação entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A nova prerrogativa requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes, bem como para a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de *hedge*).

Dentro do plano de adequação de dezembro de 2022, estabelecemos alguns dos ajustes necessários e potenciais impactos para adaptação à nova resolução. Identificamos a revisão no ambiente de sistemas, principalmente com a contratação de um legado que propicie um melhor gerenciamento, desde a captura, fazendo a avaliação de crédito (mediante políticas), o controle do carregamento das operações (mesmo quando cedidas a mercado) e a prática de mensuração das provisões para perdas esperadas, ainda que se utilizando dos mesmos preceitos da 2.682/99 em paralelo até que se obtenha um modelo mais eficiente de provisão.

Em maio de 2023, iniciou-se uma célula de trabalho independente, ainda compartilhando da mesma instalação física da Corretora mas com profissionais dedicados a atuação específica do novo *core* criado, especificamente em **Tesouraria** para dar andamento a homologação no Sistema de Pagamento Instantâneo - *PIX* do Banco Central e maior conformidade as liquidações entre

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de Reais)**

terceiros (emitentes e cedentes da CCBs), **Crédito**, para parametrização das exigências para análise de clientes (seja para a carteira própria ou para carteira de terceiros), **Processos** para parametrizar os fluxos operacionais e manualização de procedimentos dos novos produtos financeiros a serem disponibilizados e **TI** com foco na entrega completa dos módulos do legado operacional Sinquia.

No final de dezembro de 2023, concluímos o processo de adesão da etapa homologatória do PIX, iniciando de imediato a Etapa de Operação Restrita em duas fases, onde na fase 1, o meio de pagamento deve ser ofertado para entre 1% até 30% de clientes e na fase 2 (prevista para Março de 2024) o PIX deve ser ofertado para entre 30% até 70% dos clientes.

Cabe ressaltar que a implementação do plano aprovado está condicionada às novas regulamentações a serem emitidas pelo BACEN e pela Receita Federal do Brasil, e quaisquer alterações serão submetidas novamente às devidas aprovações.

20. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Reinaldo Dantas
Contador CRC 1 SP 110330/O-6